

Bancos credores querem pagamentos maiores do governo argentino

por Paulo Totti
de Buenos Aires

Vindo de Montevidéu, o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, chegou ontem à tarde a Buenos Aires para uma visita de menos de 24 horas. Sua intenção é interceder junto a autoridades argentinas para aumentarem de US\$ 40 milhões para US\$ 100 milhões o pagamento mensal que vêm fazendo aos bancos credores por conta dos juros atrasados da dívida externa. Mulford, segundo o programa oficial, veio também explicar a "Iniciativa para as Américas", lançada a 17 de junho pelo presidente George Bush.

O sucesso da missão Mulford viu-se prejudicado por uma circunstância não prevista: a presença em Buenos Aires, também por 24 horas, do economista alemão Rodiger Dornbusch. Professor da Universidade de Chicago e do Massachusetts Institute of Technology (MIT), e dono de singular prestígio entre empresários, autoridades e imprensa da Argentina, Dornbusch recomendou o não pagamento dos juros atrasados e manifestou poucas esperanças nos resultados concretos da proposta norte-americana para a formação de uma zona de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo.

"Enquanto existir risco de alta inflação, é totalmente irracional fazer pagamentos por conta da dívida aos bancos", disse Dornbusch em uma conferência para executivos financeiros e em entrevistas a três jornais argentinos. Sobre a "Iniciativa" foi igualmente ácido: "Dela se pode esperar o que talvez os Estados Unidos não consigam no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), ou seja, o patenteamento e o reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual, além de maiores garantias para os investimentos norte-americanos. Em troca, talvez a América Latina obtenha um tratamento dos Estados Unidos mais benigno na hora de determinar o que constitui 'dumping' ou não". (Segundo Dornbusch, a Europa está muito pouco interessada com o que vai ocorrer na Rodada

Uruguai do GATT, a realizar-se em Bruxelas, em dezembro próximo. O principal interessado na reunião são os Estados Unidos, "pois querem avançar na questão dos serviços e no reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual", e, em ambos os casos, "a América Latina sairá perdendo". O fracasso da rodada do GATT poderia provocar o aumento das restrições à entrada de manufaturados latino-americanos no mercado dos Estados Unidos.)

Com menos liberdade de movimentos que Dornbusch, Mulford chegou a Buenos Aires sem fazer declarações e se reuniu de imediato com o ministro da Economia Antonio Erman González. De acordo com o assessor do governo para as questões da dívida, Rafael Iniesta, o visitante teria ainda uma reunião com o próprio presidente Carlos Saúl Menem para "explicar a proposta de Bush e passar em revista as grandes linhas da economia argentina". Mulford está em visita oficial, "quase substituindo", como disse um diplomata, o suspenso periplo do presidente Bush pelo Cone Sul.

Dornbusch foi convidado por uma empresa privada que cobrou US\$ 100 aos assistentes de sua palestra e retribuiu falando sobre quase tudo, aparentemente

sem limitações. Disse, por exemplo, que "competitividade, política cambial adequada, muito boa política fiscal e integração muito acelerada com o Brasil" são a sua receita para a Argentina voltar a crescer. Sobre a integração com o Brasil, elogiou a estratégia seguida pelo chanceler Domingo Cavallo de acelerar a formação de um mercado comum entre os dois países. "É uma forma inteligente de explorar os limites da Iniciativa Bush", disse. E mais uma vez mostrou seu ceticismo. Dornbusch não crê que a Iniciativa Bush encontre apoio interno norte-americano. "Os congressistas tiveram um desmaio ao inteirar-se", disse ele.

Dornbusch considerou saudável a decisão de privatizar as empresas públicas, mas classificou de lento o processo argentino, diante do que ocorre no México, onde o Estado já se teria livrado de 600 empresas. México e Chile foram apontados pelo economista como exemplos de reestruturação e modernização.

O governo argentino tem um plano que "se move na direção correta, embora seus executores estejam operando quase como sobre um cadáver". Para revivê-lo completamente, porém, seriam necessários talvez dez anos. "Vocês têm oportunidades fantásticas. Vejam o caso da Coreia, não tinha nada. Vocês têm que olhar suas bagagens e ver o que podem vender lá fora."

Entre os problemas que a Argentina enfrenta no momento, destaca o fato de "viver sob um estado de sítio financeiro". Para Dornbusch, as negociações com os bancos credores "estão dominadas pelo FMI" e isso faz com que os acordos de pagamentos "sejam menores do que os bancos desejariam e excessivos para a instável situação do país". E acrescenta: "Eu pensaria num sistema de participação dos bancos no processo de privatização, mas sem receberem pagamento em dinheiro vivo. É difícil entender que seja importante os bancos receberem US\$ 40 milhões neste mês, mesmo que isso signifique que a inflação seja de 15% e não de 10%".

Dornbusch não vê ameaças imediatas de uma volta à hiperinflação. "Há um desejo muito grande de exercer controle monetário e isso pode não impedir que a inflação chegue aos 20%, mas evita a hiper." Acompanhando esse esforço de controlar a inflação, o governo argentino, segundo Dornbusch, deveria fazer uma reforma fiscal para valer, aumentando a massa de contribuintes, e corrigir paulatinamente a taxa do dólar. "Sem paridade cambial competitiva não se terá crescimento. Necessita-se uma taxa de câmbio que estimule as exportações. Ainda mais se se cria um mercado livre com o Brasil. A estabilidade cambial vai atrair investimentos para a Argentina, em lugar de deixá-los ir todos para o Brasil."

Por último Dornbusch receita, num prazo de cinco anos, a redução para 10% das tarifas alfandegárias, hoje numa média de 25%. "A Bolívia deixou atrás a hiperinflação, mas não chegou a nenhuma parte. É preciso também atender às necessidades sociais. A Argentina era o país mais civilizado da América Latina e agora tem muita pobreza, a educação é um desastre, a saúde pública é um escândalo e não se pode dizer que o risco de inflação seja tão grande que obrigue a cortes na área social."